



POTENCIAL DE ATUAÇÃO DOS MOVIMENTOS POPULARES FRENTE À OFENSIVA DA EXTREMA DIREITA NO BRASIL

Michelly Ferreira Monteiro Elias¹

Resumo: Este artigo reflete sobre a potencialidade dos movimentos populares de caráter progressista em contribuir para o enfrentamento do avanço da extrema direita no Brasil na atualidade. Tendo como marco histórico o período da crise contemporânea do capital no neoliberalismo, o texto aborda os anos 2000 para situar o fortalecimento da extrema direita em nível internacional, em particular na Europa, e aponta as principais características desse fenômeno no Brasil. Em seguida analisa a atuação dos movimentos populares de caráter progressista sob a ótica da luta social nesse contexto. Nesse percurso foi identificado o papel que esses movimentos populares têm desempenhado na organização de diferentes segmentos dos dominados; na atuação enquanto sujeitos de políticas públicas junto ao Estado e na disputa ideológica que realizam no âmbito da sociedade ao demonstrarem a importância da luta social para a conquista de direitos.

Palavras-chave: Extrema direita; movimentos populares; lutas de classes; políticas públicas; direitos.

THE POTENTIAL OF POPULAR MOVEMENTS TO ACT AGAINST THE OFFENSIVE OF THE FAR RIGHT IN BRAZIL

Abstract: This article reflects about the potential of progressive popular movements to contribute to confronting the advance of the far right in Brazil today. Taking as a historical landmark the period of the contemporary crisis of capital in neoliberalism, the text addresses the 2000s to situate the strengthening of the far right at the international level, particularly in Europe, and points out the main characteristics of this phenomenon in Brazil. Next, the performance of popular movements of a progressive character is analyzed from the perspective of social struggle in this context. In this process, was identified the role that these popular movements have performed in the organization of different segments of the dominated; in their performance as subjects of public policies with the State and in the ideological dispute they carry out within society by demonstrating the importance of the social struggle for the conquest of rights.

Keywords: Far right; popular movements; class struggles; public policies; rights.

Artigo recebido em: 06/05/2023 Aprovado em: 01/11/2023
<https://dx.doi.org/10.18764/2178-2865.v27n2.2023.38>

¹ Assistente Social, doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e professora do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília (UnB). E-mail: michellyeliass@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Este artigo reflete sobre a potencialidade dos movimentos populares em contribuir para o enfrentamento do avanço da extrema direita no Brasil na atualidade.

Os movimentos populares abordados neste texto dizem respeito a movimentos que compõem o campo político-ideológico progressista da sociedade, ou seja, movimentos que contestam e buscam enfrentar as relações de exploração, dominação e opressão existentes. Desta maneira, ao abordar esses movimentos sob esta perspectiva, parte-se da concepção de que esses movimentos se constituem enquanto tal na medida em que contestam em alguma dimensão e de diferentes formas os interesses das classes dominantes, conforme afirma Lojkine (1997).

Para isso, considera-se que o campo de atuação desses movimentos situa-se na esfera das lutas de classes que expressam e condicionam as múltiplas dimensões política, ideológica, cultural, ética e econômica da sociedade contemporânea.

Isso significa conceber que tanto em seus fundamentos, quanto em sua forma contemporânea, a sociedade civil está permeada por uma complexa composição de classes que “revelam-se no e pelo movimento do Capital” (BENSAID, 1999, p. 153). Assim, ao se considerar a sociedade civil e sua relação com o Estado sob este viés, compreende-se que tanto a sociedade quanto as próprias classes e frações de classes que a compõem se constituem em um todo heterogêneo e multideterminado que se concretiza a partir da dinâmica dos conflitos estabelecidos entre as classes antagônicas (BENSAID, 1999).

Esta concepção indica a centralidade que as experiências de luta têm para o entendimento da composição das classes e suas frações na sociedade, reconhecendo-a como um campo amplamente heterogêneo e em permanente movimento.

Ao se constituir nesse espaço privilegiado de disputas entre e intraclasses, a sociedade contemporânea tem se caracterizado pela ascensão política e ideológica de segmentos em nível mundial que difundem valores e práticas fundadas no autoritarismo político; violência; nacionalismo ultraconservador; anticomunismo; ataque aos direitos de cidadania, de igualdade social, sexual e de gênero; na defesa absoluta da propriedade privada e do padrão dominante de família, associado à xenofobia e ao racismo.

Esse amplo setor, ao se reunir em torno desses elementos gerais, é caracterizado como a extrema direita que no contexto contemporâneo tem se fortalecido desde o início dos anos 2000 em nível internacional e no Brasil¹. Apesar desse crescimento, esse fenômeno não se configura como algo unicamente conjuntural, uma vez que enquanto parte da história do desenvolvimento do capitalismo

“essa ideologia nunca deixou de existir, mesmo após a derrota do nazifascismo na Segunda Guerra Mundial” (SILVA *et. al.*, 2014, p. 434). Inclusive, parte significativa dos grupos de extrema direita da atualidade possui uma profunda aproximação com essa ideologia, apesar de não reconhecerem isso em sua maioria, conforme apontado pela referida autora. Também são caracterizados por possuírem diferentes formas de organização através de grupos, partidos e/ou associações sob a influência do tradicionalismo, populismo e/ou neofascismo, segundo Bugiato; Freitas (2022). Além de que se materializam de maneira específica no âmbito do contexto histórico dos diferentes países e regiões, conforme será tratado no decorrer do texto, tendo como foco a realidade brasileira contemporânea.

Frente a isso, situamos em outro polo de atuação desta mesma realidade os movimentos populares, concebidos enquanto uma forma de luta social que passou a se destacar na realidade brasileira desde o final da década de 1970², caracterizando-se tanto por sua dimensão contestatória das relações de dominação, quanto por sua dimensão reivindicatória acerca dos direitos de cidadania.

Assim, ao tratarmos dessa problemática no contexto contemporâneo sob essa perspectiva, os grupos de extrema direita e os movimentos populares são concebidos como sujeitos que se constituem em adversários antagônicos, situados em uma realidade multideterminada pela hegemonia neoliberal.

O neoliberalismo³ se expandiu no Brasil desde a década de 1990, conformando diferentes conjunturas. Porém, conseguiu impor de maneira geral a limitação e a perda de parte significativa dos direitos sociais, a fragilização da democracia, a precarização dos serviços públicos, assim como o aumento da exploração da força de trabalho através das mudanças ocasionadas pela reestruturação produtiva. Contudo, em que pesem as dificuldades e contradições impostas por esse processo, os movimentos populares conseguiram diminuir o ritmo do avanço neoliberal tanto no Brasil quanto na América Latina, atuando em torno de lutas como acesso à terra, trabalho digno, saúde, educação, moradia, transporte, cultura, pela preservação dos recursos naturais, pelos direitos das pessoas negras, mulheres, indígenas e população LGBTQIA+. Além da construção de pautas comuns como a defesa da democracia, dos direitos humanos e contra o imperialismo, conforme afirma Machado (2006).

Porém, é nesse mesmo contexto neoliberal que vem acontecendo a ascensão da extrema direita como força política organizada em torno de práticas autoritárias, violentas e supremacistas que aprofundam as desigualdades e as relações de dominação historicamente estabelecidas. Como exemplo concreto disso, podemos citar o que foi a gestão e as consequências do Governo Bolsonaro (2019 – 2022) no Brasil, em que no final do seu mandato a taxa de desemprego chegou a 7,9 %, correspondendo a 8,6 milhões de pessoas (IBGE, 2022). Além de 33,1 milhões de pessoas em condição de fome e 58,7% da população com algum grau de insegurança alimentar (OXFAM, 2022).

Junto a isso, a concentração de renda alcançou um patamar em que os 20 maiores bilionários do país passaram a deter o equivalente à riqueza de 60% da população brasileira (OXFAM, 2022).

Diante desses elementos que indicam uma realidade caracterizada pelo fortalecimento da extrema direita, na mesma proporção do aumento da desigualdade social em tempos neoliberais, este texto busca indicar elementos sobre como os movimentos populares de caráter progressista podem contribuir para o enfrentamento do avanço desse campo político-ideológico que parece não dar sinais de arrefecimento nos dias atuais.

Para isso, o artigo tem como marco histórico o período da crise contemporânea do capital em tempos de hegemonia neoliberal, e tendo como foco o contexto a partir dos anos 2000 situa elementos sobre a dinâmica de fortalecimento da extrema direita em nível internacional, em particular na Europa, para em seguida apontar as principais características desse fenômeno no Brasil atual. No tópico seguinte, aborda a atuação dos movimentos populares sob a ótica da luta social e enquanto sujeito das políticas públicas no âmbito da luta pelos direitos de cidadania. Por fim, traz em suas considerações uma síntese sobre as possibilidades de enfrentamento da extrema direita, considerando o protagonismo dos movimentos populares nesse processo.

2 NEOLIBERALISMO E EXTREMA DIREITA: imbricações desse fenômeno em nível internacional e no Brasil

Embora a formação da extrema direita como campo político-ideológico faça parte do desenvolvimento da sociedade capitalista e das contradições geradas pela dinâmica de acumulação do capital, o seu fortalecimento é um fenômeno que está vinculado principalmente aos momentos de crise “que enseja a reorganização violenta das relações sociais, derivadas das contradições (e interesses) da exploração capitalista” (SEVERO; CAMPOS, 2020, p. 7). Como exemplo disso, podemos citar a ascensão do nazifascismo na Europa posterior à crise de 1929 e o fortalecimento de diferentes vertentes da extrema direita posterior à crise de 2008, a qual foi intensificada com os desdobramentos da pandemia da Covid-19 a partir de 2020.

Sob o manto da hegemonia neoliberal, essa crise iniciada em 2008 tem se mantido em proporção mundial demonstrando uma dinâmica profunda e sistemática que alcança dimensões econômicas, políticas, ideológicas, sociais e ambientais. Segundo Carvalho et.al. (2020, p. 4) essa realidade tem “se manifestado hoje como uma profunda crise sistêmica, baseada na impossibilidade das elites políticas dirigentes dos países centrais manter com legitimidade e estabilidade uma governabilidade neoliberal mundial”.

As determinações gerais do neoliberalismo enquanto fase contemporânea da acumulação do capital, tem se caracterizado desde o seu início – em meados dos anos de 1970 nos países de economia central e a partir dos anos de 1990 em países de capitalismo dependente como o Brasil – por um processo de reestruturação produtiva, baseado no modelo de acumulação flexível e no controle da força de trabalho por meio de “novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional” (HARVEY, 2011, p. 140). Ao mesmo tempo redimensionou o papel do Estado visando possibilitar a elevação das taxas de juros conforme os interesses do capital financeiro; conceder incentivos fiscais para os grandes monopólios internacionais; criar mecanismos para aumento da superpopulação relativa; estabelecer marcos jurídicos para dificultar a realização de greves e paralisações; diminuir e focalizar o orçamento para as políticas sociais; privatizar serviços públicos e empresas estatais (ANDERSON, 1995).

Essa dinâmica de funcionamento estabeleceu uma permanente condição de acirramento da relação entre capital e trabalho, em que o capital financeiro se consolidou como principal forma de acumulação “fortemente ancorada em investimentos em bolsas de valores, centrados nas commodities, empresas transnacionais de exploração dos recursos naturais e tecnologias da informação [...]” (SEVERO, 2020, p. 17). Dentre as expressões desse acirramento está o aumento exponencial da desigualdade social, devido principalmente aos efeitos desse modelo de acumulação para o mundo do trabalho. Nesse sentido se destaca o aumento da exploração da força de trabalho através da manutenção do desemprego em massa e das novas formas de empregabilidade intermediadas pelo uso de tecnologias que estão associadas à lógica da terceirização, da prestação de serviços e da flexibilidade. Conforme Severo (2020), esse processo, denominado de “uberização” do trabalho tem – dentre as suas mais diversas consequências – levado a uma profunda dinâmica de desregulamentação dos direitos trabalhistas e a uma crescente diminuição da remuneração da força de trabalho.

Apesar de essas consequências do domínio do capital financeiro no âmbito da economia atingir centralmente o mundo do trabalho, estas não se limitam à esfera da produção, alcançando igualmente a dinâmica da reprodução e do conjunto da vida social. Assim, além de controlar as finanças do Estado, o neoliberalismo também ocasiona situações como a “decomposição da classe trabalhadora e a diluição de sua cultura e de suas formas de solidariedade, o que dificulta muito a organização social [...]”. (SAAD FILHO; MORAIS, 2018, p. 244 - 245). Acrescenta-se a isso o desgaste e a limitação impostos ao regime e às liberdades democráticas, juntamente com o espraio de uma cultura cada vez mais individualista e meritocrática.

Nesse contexto, a realidade internacional tem se caracterizado, principalmente desde 2008, pelas dificuldades do capitalismo manter sob os moldes neoliberais “os níveis de extração do

mais-valor diante da queda na taxa de lucro, e ao mesmo tempo, manter sob controle os conflitos e os antagonismos sociais” (ALMEIDA, 2018, p. 30). Juntamente com uma piora nas condições de vida e trabalho da maioria da população mundial que enfrenta uma sucessiva dinâmica de restrição e perda de direitos por conta das reformas neoliberais, a exemplo do que ocorre na França atualmente⁴.

Diante desse complexo quadro e da necessidade de superação dessa crise, a extrema direita – mesmo significando o aprofundamento da atual condição de barbárie que a sociedade enfrenta – tem se colocado e se fortalecido enquanto uma possibilidade de alternativa ultraconservadora a essa situação.

Historicamente, a extrema direita em nível internacional se constituiu enquanto campo político e ideológico que emergiu associado ao “irracionalismo, nacionalismo, defesa de valores e instituições tradicionais, intolerância à diversidade – cultural, étnica, sexual – anticomunismo, machismo, violência em nome da defesa de uma comunidade/raça considerada superior” (SILVA et. al, 2014, p. 413-414). Desta forma, se caracterizou pela forma intolerante e uso frequente da violência para a defesa de suas ideias, estando organizada em associações, partidos, grupos e movimentos. Além de realizarem ações extremistas pulverizadas.

A eminência do nazifascismo na Europa, principalmente entre as décadas de 1930 e 1940 na Europa, – enquanto uma resposta reacionária à crise do liberalismo que se explicitou com a Crise de 1929 – fez com que a extrema direita passasse a ser conhecida principalmente por meio desse fenômeno. Embora o nazifascismo seja uma das vertentes que compõe o amplo segmento da extrema direita.

As características da reação que atingiu os regimes liberais democráticos naquela época na Europa tinham como principais características: a crítica às instituições políticas liberais; o combate e perseguição ao movimento comunista internacional; o incentivo ao poder militar e da polícia enquanto representantes legítimos do poder estatal através do uso da força e da coerção física; a disseminação do sentimento nacionalista, – associado ao racismo e ao antissemitismo – principalmente entre as massas e os setores da classe média; o desenvolvimento de regimes estatais autoritários respaldados no viés tecnocrático e burocrata (HOBBSAWM, 1995).

As principais experiências que envolveram o poder do Estado com base nessa perspectiva – em que pese as significativas diferenças entre elas – foram o nazismo na Alemanha (1933 – 1945) e o fascismo na Itália (1922 – 1943), na Espanha (1939 – 1976) e em Portugal (1932 – 1968). Contudo, a ideologia do nazifascismo que sustentou esses regimes não permaneceu restrita a esses países, mas se expandiu para várias regiões do mundo. Segundo Hobsbawm (1995), isso se deu pela influência econômica, política e cultural que esses países desempenhavam em nível internacional

e pela fragilidade enfrentada pelo sistema democrático, o qual passara a ser constantemente sacrificado nos momentos de crise mais aguda do capitalismo.

Considerando essa referência histórica – que demonstra que embora a extrema direita não seja inteiramente nazifascista, é inegável a profícua relação entre ambas – e ao mesmo tempo as inúmeras diferenças conjunturais entre o período de 1930 e 1940 e a atualidade, Löwy (2015) afirma que os principais aspectos da extrema direita na Europa hoje são: o nacionalismo chauvinista, onde se destaca o racismo e o ódio aos imigrantes; a continuidade do viés anticomunista; a defesa de medidas autoritárias e violentas contra a “insegurança” associada em grande parte à ideia da imigração sem controle; a incorporação de um discurso de apoio aos pobres e à classe trabalhadora nacional e branca.

Em uma caracterização geral das modalidades de partidos da extrema direita existentes na Europa atualmente, o referido autor identifica a existência predominante de partidos de caráter diretamente fascista e/ou neonazista; partidos semifascistas, tendo uma origem ligada diretamente a esta perspectiva, mas que não se enquadram exatamente no fascismo clássico; partidos de extrema direita que compartilham das ideias racistas e anti-imigrantes, mas que não possuem origem fascista.

É importante ressaltar que a depender das características sociais, econômicas, políticas, culturais, religiosas e étnico-raciais de cada país, essa caracterização geral adquire contornos específicos, principalmente quando se consideram as diferenças entre Europa Ocidental e Oriental. Entretanto, um aspecto comum que Löwy (2015) ressalta sobre o fortalecimento da extrema direita na Europa atualmente, – seja através da atuação como movimentos de massa, ou como organizações partidárias que visam a disputa do poder institucional do Estado – diz respeito a como esse campo político-ideológico tem alcançado além da pequena burguesia, a juventude e os diferentes segmentos da classe trabalhadora, incluindo os desempregados.

Com isso, ao analisar a complexidade acerca dessa constatação que não se explica unicamente pela atual crise econômica do capital, Löwy (2015, p. 657) afirma que:

Fatores históricos têm, sem dúvida, jogado algum papel: uma longa tradição antissemita espalhada em certos países; a persistência daquelas correntes que colaboraram durante a Segunda Guerra Mundial; e a cultura colonial que impregna atitudes e comportamento mesmo muito tempo depois da descolonização – não só nos antigos impérios, mas em quase todos os países europeus.

Enquanto essa realidade é vivenciada na Europa, o avanço da extrema direita também se explicita no contexto de países como o Brasil a partir das suas particularidades.

Os condicionantes que possibilitaram o fortalecimento da extrema direita no país, principalmente posterior ao golpe institucional-parlamentar de 2016 que destituiu Dilma Rousseff através do *impeachment*, se deram de maneira articulada aos desdobramentos da crise internacional

iniciada em 2008, a qual passou a se manifestar de forma mais sistemática no país a partir de 2013. Sendo este um dos principais motivos – juntamente com as especificidades da conjuntura interna que envolvia as disputas de classes e suas frações acerca do papel do Estado – pelos quais ocorreram as mobilizações de junho de 2013, que contou com a participação de distintos segmentos sociais, abarcando reivindicações que iam desde um caráter progressista, reformista e/ou revolucionário (pela ampliação dos direitos sociais, por reformas estruturantes como reforma agrária e urbana, luta anti-imperialista e pelo fim do capitalismo) até reivindicações de caráter conservador (como o fim da corrupção, defesa intransigente do autonomismo e fim dos partidos políticos) e reacionário (como intervenção militar, defesa da pena de morte, fechamento do Supremo Tribunal Federal).

Em relação a essa conjuntura, Galvão; Tatagiba (2022, p. 85) afirmam que as manifestações de junho de 2013 se apresentaram como:

[...] resultado da intensificação do conflito distributivo associado ao esforço do governo de Dilma Rousseff de aprofundar o “ensaio desenvolvimentista” (Singer, 2015). O conflito pela apropriação da renda e do orçamento público se expressou, nas ruas, por diferentes pautas, que foram das políticas sociais à luta contra a corrupção. Essas pautas conectaram de modo variado, irregular e mesmo contraditório diferentes grupos, movimentos e classes sociais.

Diante desse complexo quadro, aspectos marcantes da formação social brasileira como o colonialismo baseado na escravização da população negra, o conservadorismo das classes dominantes, o histórico de superexploração da classe trabalhadora e a constituição de um Estado marcadamente autocrático; vieram à tona por meio das mediações históricas estabelecidas pela crise de múltiplas dimensões que a sociedade brasileira passara a enfrentar.

Desta maneira, o campo político-ideológico da extrema direita encontrou um terreno fértil no Brasil. Principalmente quando se considera o histórico de incidência do movimento fascista no país – existente até a atualidade – que fundou a Ação Integralista Brasileira (AIB) em 1932⁵. E que posterior à existência desta, também atuou para fundar partidos e organizações⁶ que visavam participar ativamente da vida política brasileira, a exemplo do apoio despendido ao golpe e à ditadura empresarial-militar de 1964 a 1985.

Outra referência histórica em relação à formação da extrema direita brasileira diz respeito à fundação da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP) em 1960, com o objetivo de combater os preceitos político-ideológicos do socialismo e do comunismo e defender a propriedade privada e o modelo tradicional de família. Assim como também houve a constituição de grupos neonazistas durante a década de 1980, que dentre as inúmeras especificidades, se caracterizavam inicialmente pela defesa do Brasil, contra políticos corruptos e pelo culto ao corpo forte. Posteriormente, essas organizações adquiriram cisões e vertentes diferenciadas, se expandindo

principalmente a partir da década de 1990, sendo que algumas foram se aproximando cada vez mais da ideologia neonazista (SILVA *et. al*, 2014).

Considerando esses elementos, chamamos atenção para o aspecto de que a cultura conservadora e a existência de um campo político-ideológico reacionário no país foi um fenômeno que se gestou conjuntamente com a formação social brasileira, passando por momentos de ascenso e recuo. Assim, podemos afirmar que nos tempos atuais, diante do acirramento das contradições impostas pelo neoliberalismo, – aprofundadas com a pandemia da Covid-19 – vivemos uma fase de fortalecimento da extrema direita que estando vinculada a esse passado, também adquire contornos, formas de expressão e atuação que são característicos do tempo histórico atual.

Nesta perspectiva, uma das principais expressões dessa realidade foi, sem dúvida, a vitória eleitoral de Jair Bolsonaro nas eleições presidenciais de 2018. Político que, ligado ao diverso campo político-ideológico da extrema direita, conseguiu se colocar como uma alternativa eleitoral ultraconservadora frente à possibilidade de mais uma vitória presidencial do Partido dos Trabalhadores (PT).

Isso não significa dizer que Bolsonaro chegou a representar o conjunto do segmento da extrema direita, uma vez que este não é um campo homogêneo, assim como a própria base de apoio bolsonarista também não é⁷. Porém, diante das condições e das correlações de forças colocadas na conjuntura brasileira daquele período, Bolsonaro se apresentou como uma liderança política que representava ideias e práticas como:

[...] ameaça de detenção aos opositores políticos, a apregoada eliminação de minorias, a frequente utilização de ameaça comunista fantasiosa para justificar e legitimar a necessidade do uso da violência e repressão. Ainda, a exaltação da família tradicional, em sentido amplo de preconceitos e ataques ao público LGBTQI+. Ademais, o culto a violência e a legalização do porte de armas e facilitação para o seu acesso [...] (GUIMARÃES; PEREIRA, 2020, p. 45).

Desta maneira, associando a visão de uma cultura conservadora com uma política econômica neoliberal baseada na destituição dos direitos trabalhistas, no desfinanciamento das políticas sociais, no aumento das privatizações e na precarização dos serviços públicos; Bolsonaro conseguiu capitanear apoio de diversos segmentos sociais, e principalmente das classes dominantes.

Frente a essa realidade, Mendes; Dias (2022) afirmam que a ascensão de Bolsonaro ao poder executivo federal se tornou a principal expressão da simbiose entre o liberal-conservadorismo e o fascismo no Brasil. Processo que conseguiu combinar “uma agenda de retirada de direitos – portanto liberal – por meio de um apelo a valores familiares e religiosos – portanto, conservadora” (MENDES; DIAS, 2022, p. 91). Com isso, mesmo com a piora nas condições de vida e trabalho da maioria da população entre 2018 e 2022, a estratégia⁸ de difusão dos valores conservadores sob os moldes da

ideologia neoliberal, – baseada no individualismo, na meritocracia e na teologia da prosperidade – conseguiu angariar apoio em segmentos das classes médias e da classe trabalhadora.

Essa trajetória de fortalecimento das ideias defendidas por Bolsonaro, – que parece não ter se enfraquecido apesar da derrota eleitoral de 2022 – enquanto um importante líder da extrema direita no país, vem demonstrando que o neoliberalismo além de impor sucessivas perdas econômicas, políticas e sociais para a sociedade, tem se articulado cada vez mais a saídas ultraconservadoras na tentativa de enfrentar as consequências da atual crise capitalista.

Contudo, diante das contradições que são intrínsecas a dinâmica societária, esta mesma realidade também está constituída de formas de resistência e luta contra esse atual quadro de barbárie. E dentre essas estão os movimentos populares, conforme iremos tratar a seguir.

3 TRAJETÓRIA RECENTE DOS MOVIMENTOS POPULARES FRENTE AO CONTEXTO DE HEGEMONIA NEOLIBERAL

Os movimentos populares de caráter progressista, conforme apontado no início deste texto, são concebidos como uma forma de luta social que contestam os interesses das classes dominantes. Além disso, se caracterizam por envolver dimensões de organização coletiva dos segmentos dominados; de contestação das relações de dominação, opressão e exploração estabelecidas na sociedade; e de reivindicação com vistas ao acesso e ampliação dos direitos de cidadania. Desta maneira, se “põem em movimento” no contexto contemporâneo principalmente por meio de “ações que reivindicam a manutenção ou melhorias nas condições de vida, relacionadas a questões diversas (educação, saúde, habitação, transporte, recapeamento, segurança, saneamento, carestia, vítimas de violência policial, e outros direitos sociais, etc)” (SOUZA, 2011, p. 198).

No contexto internacional, esses movimentos (a exemplo do movimento negro, feminista, ambientalista e estudantil) passaram a atuar de forma mais sistemática desde o início do século XX. Porém, foi durante o período de crise do padrão de acumulação fordista combinado com as experiências de Estado de Bem-Estar Social na Europa Ocidental, que eles adquirem visibilidade por meio das mobilizações do “Maio de 1968”.

O ano de 1968 tornou-se um marco graças às lutas dos (as) trabalhadores (as) e da juventude que realizaram inicialmente na França, mobilizações marcadas pela atuação do movimento estudantil que, ao estabelecer alianças com o movimento sindical, conseguiu organizar uma greve geral e ações de caráter insurrecionais. Posteriormente, as lutas se expandiram para outros países da Europa, da América Latina e nos Estados Unidos, tendo como uma das principais reivindicações o

combate à ação imperialista deste país sobre demais regiões do mundo, a exemplo do que foram as manifestações contrárias à invasão dos Estados Unidos no Vietnã.

Segundo Ali (2008) as greves que reuniram 10 milhões de trabalhadores (as) na França e as manifestações estudantis que se ampliaram para várias regiões do país demonstraram a capacidade de mobilização que esses segmentos tinham naquele período. Principalmente porque se expandiram para países como Itália, Suécia, México e Paquistão, apresentando reivindicações específicas diante da realidade de cada região, ao mesmo tempo em que possuíam aspectos comuns como as lutas antiguerras e o fortalecimento da democracia.

Assim, apesar das ponderações em torno do que significou o “Maio de 1968”⁹ para o conjunto da classe trabalhadora e seu projeto de emancipação, as lutas desse período foram um marco para a dinâmica das lutas de classes e para a visibilidade que a atuação dos movimentos populares passou a adquirir desde então.

Historicamente no Brasil, a atuação de movimentos populares como o movimento negro desde o período entre o final do século XIX e início do século XX¹⁰ teve um papel fundamental enquanto formas de resistência frente ao sistema de dominação e para a conquista de direitos para a classe trabalhadora e demais segmentos dominados.

Considerando o histórico da colonização e da escravização da população negra e tendo como referência a forma como capitalismo se desenvolveu no Brasil, principalmente a partir da consolidação da ordem monopólica durante a ditadura empresarial-militar de 1964-1985, a ordem burguesa no país foi se consolidando e se fortalecendo sem a realização de reformas sociais – como a reforma agrária, urbana, educacional e tributária – visando ampliar os direitos de cidadania, mesmo que nos moldes formais do próprio capitalismo. Ao contrário disso, o Brasil consolidou um modelo de dominação sustentado no conservadorismo e no autoritarismo das classes dominantes, associado a uma lógica de restrição de direitos de cidadania.

Conicionados por essa realidade, os movimentos populares adquiriram significativa importância política no país desde o final da década de 1970, defendendo as liberdades democráticas e reivindicando questões acerca da igualdade de gênero, étnico-racial, por liberdade sexual, participação política, moradia, terra, educação, democracia e reformas sociais. Assim, em um contexto de acirramento das contradições geradas pela consolidação do capitalismo monopolista sob o regime ditatorial, eles passaram a contribuir sistematicamente com o processo de denúncia e explicitação das contradições e desigualdades geradas pela lógica de acumulação do capital engendrada nos marcos da formação social brasileira.

Essa trajetória de atuação fez com que o movimento negro, feminista, estudantil, indígena, ambientalista, de luta pela terra, em defesa da saúde pública, por moradia, pela diversidade sexual e

dentre outros, se tornassem parte importante da dinâmica das lutas de classes no Brasil até os dias atuais, principalmente a partir do contexto neoliberal desde a década de 1990.

Nesta perspectiva, Machado (2006) afirma que se destacou nesse período na América Latina a atuação de movimentos que lutavam em torno da defesa da preservação das florestas e de recursos naturais como água, gás e terra, a exemplo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Brasil.

Frente às contradições impostas pela lógica de acumulação neoliberal, que implicava na destituição de direitos historicamente conquistados e no avanço da exploração do trabalho, assim como dos recursos naturais, parte dos movimentos populares realizaram em torno dessas demandas, ações e mobilizações como: marchas; ocupações de latifúndios, prédios públicos, áreas urbanas; ações de denúncias contra empresas internacionais; ações de agitação e propaganda; organização de eventos como fóruns, feiras e campanhas, visando o diálogo com a sociedade; e a construção de articulações internacionais como a Via Campesina¹¹.

Diante desse passado recente da década de 1990, esses movimentos passaram a enfrentar novos e complexos desafios frente às especificidades da conjuntura brasileira conformada durante os anos de 2003 a 2016 em que o Partido dos Trabalhadores (PT) assumiu o Governo Federal.

Nesse sentido, destacamos que ao mesmo tempo em que parte desse período (entre 2002 e 2009) houve o crescimento da quantidade de grupos de extrema direita no país, conforme indicado anteriormente com base em Silva *et. al* (2014), esta também foi uma fase em que houve o fortalecimento e a ampliação das políticas sociais, dos serviços públicos e dos direitos de cidadania por parte do Estado brasileiro. Contudo, esse processo se deu mantendo a hegemonia do capital financeiro e estabelecendo uma política fiscal, cambial e de crédito que desenvolveu a economia interna, ao mesmo tempo em que ampliou as ações voltadas para os setores mais pauperizados da população (ALMEIDA, 2012).

Em relação a isso, Saad Filho; Morais (2018) afirmam que desde o início a conformação dos governos do PT (principalmente no que diz respeito aos dois mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva) teve um significado de buscar conciliar interesses de ampliação do Estado no âmbito econômico e social por parte da esquerda e de manutenção de medidas econômicas que beneficiavam parte das classes dominantes (principalmente a burguesia interna e a oligarquia agrária).

Desta maneira, esta foi uma conjuntura caracterizada por um viés político-ideológico de conciliação por parte dos governos do PT em que houve uma “opção política de abdicar da politização e incentivar a conciliação de classes [...]” (SOUZA, 2017, p. 79). Concomitante a isso, as melhorias nas condições de vida adquiridas por diferentes segmentos da classe trabalhadora não significou a construção de ideias e projetos que defendessem o processo que estava em curso.

Frente às contradições impostas por essa realidade, os movimentos populares¹² se mantiveram mobilizados em torno de suas pautas e demandas¹³, porém, sem atuarem por meio do confronto direto com o Estado naquela conjuntura. O que não significa dizer que houve cooptação e arrefecimento das lutas, uma vez que, ao contrário disso, as reivindicações se mantiveram em torno “da defesa, da consolidação e da ampliação dos direitos de cidadania e dos serviços públicos existentes; da criação e regulamentação de políticas públicas que promovam a justiça social, racial e de gênero, melhorando as condições de vida da classe trabalhadora e de todos os segmentos dominados [...]” (ELIAS, 2022, p. 330-331).

Nesse sentido, tanto do ponto de vista histórico quanto contemporâneo, principalmente quando se considera o contexto da hegemonia neoliberal no Brasil, vemos que os movimentos populares de caráter progressista vêm cumprindo um importante papel – não sem enfrentarem inúmeras dificuldades e contradições internas aos próprios movimentos e estabelecidas pela própria dinâmica das lutas de classes – no que diz respeito à defesa de direitos, à influência nas políticas públicas e à defesa da democracia.

Sustentados nessa trajetória, se constituíram em uma frente de resistência contra a ofensiva empreendida aos direitos de cidadania e às políticas sociais durante o período entre o golpe de 2016 e o Governo Bolsonaro entre 2019 e 2022, fase a partir da qual a extrema direita mais se fortaleceu no país, conforme abordado no tópico anterior deste artigo.

Assim, apesar das correlações de forças desfavoráveis para as lutas da classe trabalhadora e dos demais segmentos dominados, os movimentos populares de caráter progressista estão entre as principais formas de luta que conseguiram resistir (no sentido da autopreservação física e político-ideológica) a essa conjuntura avassaladora. E para, além disso, foram se colocando cada vez mais como sujeitos antagônicos ao amplo segmento da extrema direita constituída no país.

Diante dessa constatação, apontamos alguns elementos que demonstram a potencialidade que esses movimentos têm apresentado no sentido de contribuir para o enfrentamento do avanço da extrema direita no Brasil hoje.

Um primeiro aspecto a se considerar diz respeito ao fato de que desde as mudanças ocorridas no mundo do trabalho por conta da reestruturação produtiva consolidada no neoliberalismo, – que colocaram novos e complexos desafios para a organização da classe trabalhadora através do movimento sindical – os movimentos populares passaram a desempenhar um papel fundamental de organização de diferentes segmentos desta classe e demais segmentos dominados. Nesse sentido, se destacam os sem-terra, sem-teto, pequenos agricultores rurais, juventude negra das periferias, trabalhadores/as desempregados/as, mulheres, populações indígenas, populações atingidas pelos grandes empreendimentos, população negra, dentre outros.

Com isso, ao resgatarem uma identidade com base no reconhecimento das condições de dominação vivenciadas, esses movimentos também coletivizam a luta e a construção de formas de superação dessa condição. Por isso, ao mobilizarem e organizarem suas bases sociais possibilitam a formação de consciências que se reconhecem na luta coletiva com vistas a superar a visão de uma existência – e dos seus problemas – exclusivamente individual.

Nesse processo, nos chama a atenção a potencialidade que a maioria dos movimentos populares possuem de contribuir com a formação da consciência político-ideológica de diferentes segmentos dos dominados pelo viés da luta por direitos articulada ao questionamento das relações de dominação e exploração. Ao fomentar essa possibilidade da construção de uma consciência política-ideológica baseada no reconhecimento e defesa dos seus próprios interesses e necessidades, os movimentos populares se situam no terreno da disputa dos corações e mentes dos dominados, que conforme vimos anteriormente não estão alheios à disseminação da ideologia da extrema direita.

Um segundo aspecto que é possível indicar diz respeito ao papel que os movimentos populares exercem enquanto sujeitos de políticas públicas junto ao Estado no contexto contemporâneo.

Principalmente desde o final da década de 1970, ao se organizarem e se mobilizarem em torno de reivindicações como direito a terra, trabalho digno, moradia, transporte, arte e cultura, saúde pública, educação de qualidade, diversidade sexual, igualdade racial e de gênero, os movimentos populares têm atuado principalmente por meio das táticas da pressão e da negociação para que o Estado brasileiro crie, regulamente e/ou amplie um conjunto de políticas públicas que atendam a essas demandas. Entretanto, estas não dizem respeito exclusivamente às necessidades das bases sociais que os movimentos organizam, mas abarcam um conjunto de demandas de diferentes segmentos da classe trabalhadora e demais segmentos dominados. Desta forma, quando essas reivindicações são atendidas de alguma maneira pelo Estado, enquanto resultado das lutas empreendidas por esses movimentos, elas beneficiam amplos segmentos da sociedade ultrapassando em muito o atendimento das necessidades dos segmentos específicos que lutaram por elas.

Ademais, por meio dessas ações, os movimentos também contribuem para tensionar a mediação do Estado no âmbito das políticas públicas. Seja em relação a que tipo de políticas esse Estado prioriza e a quais segmentos ele beneficia com isso, ou para quais políticas destina a maior parte do seu orçamento e quais políticas precariza e/ou extingue. Com isso, ao atuarem enquanto sujeitos das políticas públicas, os movimentos populares acabam se inserindo em uma disputa com diferentes segmentos político-ideológicos, – dentre os quais se encontra a extrema direita – em relação à forma como o Estado desempenha o seu papel enquanto principal organizador do sistema social frente à dinâmica das lutas de classes em curso.

Por fim, um terceiro aspecto que é importante apontar tem relação com a disputa ideológica que os movimentos populares desempenham na sociedade quando tornam problemas inicialmente vivenciados na esfera individual e familiar (falta de moradia; não acesso a terra; desemprego; discriminação racial, de gênero e sexual; impossibilidade de acesso aos equipamentos públicos das grandes cidades; restrito acesso à saúde e à educação; aumento e banalização da violência) em problemas coletivos a partir dos quais a luta social é constituída.

Nesse sentido, os movimentos populares explicitam a existência e as consequências da abissal desigualdade socioeconômica existente no país, buscando encontrar saídas coletivas para problemas que são comumente vivenciados como se fossem exclusivamente individuais.

Para isso, atuam exercendo o direito de manifestação e organização coletiva, realizando ações como mobilizações de rua, ocupações, plebiscitos, uso de novas tecnologias, articulações políticas, publicação de cartas, notas e relatórios técnicos, ações diretas de denúncia, dentre outras. Desta forma, eles mobilizam suas bases sociais, explicitam suas reivindicações e bandeiras de luta para a sociedade, ao mesmo tempo em que pautam a legitimidade e a importância que a luta social tem para a conquista de direitos.

Assim, ao fortalecer essa ideia na sociedade de que a luta social é legítima e necessária, esses movimentos contribuem centralmente para demonstrar que saídas ultraconservadoras, como as que a extrema direita propõe para enfrentar as consequências da atual crise do capital, só podem ter como resultado o aprofundamento das desigualdades que penalizam a grande maioria da população.

4 CONCLUSÃO

Este texto teve como intuito apontar elementos sobre a potencialidade que os movimentos populares de caráter progressista têm de contribuir para o enfrentamento do avanço da extrema direita no Brasil na atualidade.

Tendo como marco histórico o contexto de hegemonia neoliberal a partir dos anos 2000, o texto abordou características acerca do avanço da extrema direita em nível internacional, principalmente na Europa, e no Brasil, considerando as particularidades da nossa formação social. Junto a isso, foi abordada a atuação dos movimentos populares enquanto uma forma de luta social que atua na defesa da luta por direitos de diferentes segmentos dos dominados na contemporaneidade.

Nesse percurso, foi possível identificar que a continuidade da hegemonia neoliberal enquanto fase contemporânea da acumulação do capital tem aprofundado uma crise de múltiplas dimensões. E uma das principais consequências desse processo tem sido o fortalecimento do campo

político-ideológico da extrema- direita em nível internacional e no Brasil, a exemplo da eleição de Jair Bolsonaro como Presidente da República em 2018.

Compreendendo que esse fenômeno em território nacional não se limitou às eleições presidenciais daquele ano, mas expressou um movimento heterogêneo de viés ultraconservador; entendemos que qualquer possibilidade de superação dessa problemática perpassa pela dinâmica das lutas de classes em curso e pelo enfrentamento político-ideológico entre os sujeitos que a compõem.

Nesse sentido, apontamos a importância da atuação dos movimentos populares de caráter progressista durante a fase de consolidação da hegemonia neoliberal, com vistas a lutar pela ampliação dos direitos de cidadania e por políticas públicas que atendam aos interesses e necessidades da classe trabalhadora e demais segmentos dominados.

Ao reconhecer o heterogêneo campo da extrema direita e esses movimentos populares enquanto sujeitos antagônicos que compõem a dinâmica da luta de classes no Brasil, identificamos alguns aspectos em torno da potencialidade que esses movimentos têm no sentido de contribuírem para o enfrentamento da extrema direita.

Nesta perspectiva, apontamos o papel que os movimentos populares de caráter progressista têm desempenhado na organização de diferentes segmentos dos dominados; na atuação enquanto sujeitos de políticas públicas junto ao Estado e na disputa ideológica que realizam no âmbito da sociedade ao demonstrarem a importância e a legitimidade da luta social para a conquista dos direitos de cidadania.

Diante desses três aspectos destacados, esses movimentos têm se colocado na linha de frente contra as ideias e práticas da extrema direita, abarcando disputas que se situam tanto na esfera estatal quanto na esfera da sociedade civil. Analisar os movimentos populares de caráter progressista sob essa perspectiva demonstra que as suas lutas têm transcendido em muito a dimensão das suas especificidades. E que, ao contrário disso, têm contribuído para o próprio fortalecimento da democracia e das liberdades democráticas que estão cada vez mais ameaçadas pelo avanço da extrema direita nos dias atuais.

REFERÊNCIAS

ALI, Tariq. Anos de luta. **Margem Esquerda: ensaios marxistas**. São Paulo: Boitempo, 2008.

ALMEIDA, Lucio Flávio Rodrigues de. Entre o nacional e neonacional-desenvolvimentismo: poder político e classes sociais no Brasil contemporâneo. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, n.112, p. 689-710, out./dez. 2012.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. Neoconservadorismo e liberalismo. In: GALLEGOS, Esther Solano. (org.). **O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018, p. 27-32.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 09-23.

BENSAID, Daniel. As classes ou o sujeito perdido. In: **Marx, o Intempestivo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

BUGIATO, Caio; FREITAS, Sara. **Burguesia e extrema direita no Brasil**: nota introdutória. Revista de Ciências Sociais. Fortaleza, n. 1, v. 53, p. 15-22, mar./jun. 2022.

CARVALHO et.al. A crise capitalista, o avanço da direita no continente latino-americano e os desafios para a resistência. **Revista de Políticas Públicas**. São Luís, v. 24, p. 129-149. 2020. (Número especial da IX JOINPP – Civilização ou barbárie: o futuro da humanidade).

DURIGUETTO, Maria Lúcia; MONTAÑO, Carlos. **Estado, Classe e Movimento Social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011. (Biblioteca básica Serviço Social).

ELIAS, Michelly Ferreira Monteiro. Movimentos populares, políticas públicas e direitos de cidadania no Brasil. **Temporalis**. Brasília, ano 22, n. 44, p. 319-334, jul./dez. 2022.

GALVÃO, Andréia; TATAGIBA, Luciana. Contradições do capitalismo e conflito distributivo: junho de 2013 à luz de uma abordagem integrada dos protestos. In: TAVARES, Francisco Mata Machado; BALLESTRIN, Luciana; MENDONÇA, Fabrino Mendonça. **Junho de 2013: sociedade, política e democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2022.

GUIMARÃES, Karoline Claudino; PEREIRA, Maíra Carvalho. Neoliberalismo e fascismo: o paradigma perverso do bolsonarismo. **Revista Eletrônica Interações Sociais**. Rio Grande, n. 1, v.4, p. 30-47, jan./jun.2020.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 21. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

HOBBSBAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Desemprego**. IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. Acesso em: 22 mar. 2023.

LOJKINE, Jean. O problema de definição do movimento social. In: **O Estado capitalista e a questão urbana**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

LÖWY, Michael. Conservadorismo e extrema direita na Europa e no Brasil. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 124, p. 652-664, out./dez.2015.

MACHADO, Eliel. Lutas e resistências na América Latina hoje. **Revista Lutas & Resistências**. Grupo de Estudos de Política da América Latina, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Londrina, n. 1, p. 54-64. Londrina: Midiograf, 2006.

MENDES, Mateus; DIAS, Marcia Ribeiro. O mutualismo entre liberal-conservadorismo e fascismo: disputa ideológica e cenário político do Brasil contemporâneo. **Revista de Ciências Sociais**. Fortaleza, n. 1, v. 53, p. 57-95, mar./jun. 2022.

OXFAM. **Fome avança no Brasil em 2022 e atinge 33,1 milhões de pessoas.** Oxfam Brasil, 2022. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/noticias/fome-avanca-no-brasil-em-2022-e-atinge-331-milhoes-de-pessoas>. Acesso em: 22 mar. 2023.

OXFAM. A desigualdade mata. **Oxfam Brasil**, 2022. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/a-desigualdade-mata>. Acesso em: 23 mar. 2023.

REY, Jon Bernart Zubiri; ARRIET, Régis. A centelha da luta social incendeia a França. **Outras palavras: jornalismo de profundidade e pós-capitalismo**, 2023. Disponível em: <https://outraspalavras.net/movimentoserebeldias/a-centelha-da-luta-social-incendeia-a-franca>. Acesso em: 25 abr. 2023.

SAAD FILHO, Alfredo; MORAIS, Lecio. **Brasil: neoliberalismo versus democracia**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

SEVERO, Ricardo Gonçalves. CAMPOS, Rodrigo Duque Estrada. Breves notas sobre o estudo da extrema direita: introdução ao Dossiê Especial. **Revista Eletrônica Interações Sociais**. Rio Grande, n. 1, v.4, p. 5-13, jan./jun.2020.

SEVERO, Denise Osório. Impactos da ascensão dos movimentos de extrema direita sobre os Direitos Humanos no contexto do Brasil: uma proposta de matriz de análise. **Revista Eletrônica Interações Sociais**. Rio Grande, n. 1, v.4, p. 14-29, jan./jun.2020.

SILVA et. al. A extrema direita na atualidade. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 119, p. 407-445, jul./set.2014.

SOUZA, Davisson Charles Cangussu de. Lutas sociais e tradições de luta no Brasil nos anos 2000. **Lutas sociais**, São Paulo, n.25/26, p. 191-205, 2º sem. de 2010 e 1º sem. de 2011.

SOUZA, Davisson Charles Cangussu de. Lutas de classes e ciclo de lutas no Brasil de 2003-2013: os limites para a constituição de uma força social. In: AMORIM, Henrique; SOUZA, Davisson Charles Cangussu de. (orgs.) **As classes sociais no início do século XXI**. São Paulo: Annablume, 2017, p. 57-87.

Notas

¹ Em relação ao crescimento dos grupos de extrema direita no Brasil, nesse período, Silva et. al (2014, p. 431) ressaltam que uma pesquisa “realizada por Dias revela que de 2002 a 2009 o número de sites que veiculam informações de conteúdo neonazista subiu 170%, saltando de 7.600 para 20. 502. [...] Nas redes sociais, os dados são igualmente assustadores. Existem comunidades neonazistas, antissemitas e negacionistas em 91% das redes sociais analisadas pela antropóloga. E nos últimos nove anos o número de blogs sobre o assunto cresceu mais de 550%”.

² Conforme Duriguetto; Montañó (2011), os movimentos populares que passaram a se destacar entre o final da década de 1970 e início dos anos de 1980 – considerando tanto os que já existiam desde o início do século XX quanto os que estavam sendo fundados nesse período – foram: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento Negro, Movimento Feminista, Movimento Indígena, Movimento Estudantil, Movimentos de luta por moradia, Movimentos pela liberdade de orientação sexual.

POTENCIAL DE ATUAÇÃO DOS MOVIMENTOS POPULARES FRENTE À OFENSIVA DA EXTREMA DIREITA NO BRASIL

³ Conforme será tratado no decorrer do texto, o neoliberalismo teve início nos países de economia central a partir de meados da década de 1970, caracterizado principalmente por um sistema de acumulação baseado na financeirização e em um novo papel do Estado frente à economia e à regulamentação das políticas públicas.

⁴ Com mobilizações que duram desde janeiro de 2023, o movimento sindical na França tem demonstrado significativa capacidade de resistência e mobilização contra a reforma neoliberal que pretende aumentar a idade mínima de aposentadoria de 62 para 64 anos e de 42 para 43 o número de anos trabalhados necessários para se aposentar. Desde o início dos protestos foram organizadas 4 greves gerais em nível nacional e mobilizações que chegaram a contar com mais de 2 milhões de pessoas. Segundo Rey; Arriet (2023) 93% dos trabalhadores (as) da França apoiam o movimento.

⁵ Os estudos de Silva et. al. (2014) demonstram que o movimento integralista no Brasil existe desde 1920 até a atualidade, passando por momentos de maior ou menor articulação e organização. Durante a existência da AIB na década de 1930, houve a mobilização de 500 mil a 800 mil pessoas em torno de suas pautas, chegando a ser considerada como a maior organização fascista existente fora da Europa. Após a formação de partidos políticos e organizações que representavam suas concepções e com a morte do seu principal líder Plínio Salgado em 1975, houve a fundação do neointegralismo, caracterizado pela existência de diferentes grupos que vêm tentando uma articulação mais sistemática em nível nacional desde 2004. Dentre esses grupos se destacam: a Frente Integralista Brasileira; o Movimento Integralista e Linearista (MIL-B); a Ação Integralista Revolucionária.

⁶ Dentre esses, Silva et. al. (2014) cita a fundação do Partido Ação Integralista em 1935 e do Partido de Representação Popular (PRP) em 1945. Dentre as organizações aponta a existência das Confederações Culturais da Juventude durante a década de 1960 e da Ação Nacionalista Brasileira (ANB) entre 1984 e 1985.

⁷ Segundo Guimarães; Pereira (2020), a base bolsonarista é formada por segmentos que defendem práticas e ideias de caráter neofascistas; segmentos do capital que se aproximam de Bolsonaro por conta do neoliberalismo econômico; segmentos que são seus seguidores pela pauta moralmente conservadora. Dentre esses há os que apoiam toda e qualquer posição de Bolsonaro, uma vez que é visto como um líder absoluto e há os que não dão suporte a todas as suas ideias e práticas, embora se mantenham em sua base eleitoral.

⁸ Essa estratégia adquiriu viabilidade principalmente pelo uso massivo das redes sociais, incluindo a disseminação de *fake news*, e pelo vínculo que o bolsonarismo conseguiu estabelecer com grande parte das lideranças evangélicas do país, em particular com os neopentecostais.

⁹ Para Hobsbawm (1995) a ação da juventude nessas mobilizações tinha como base um processo de revolução cultural que reivindicava mudanças principalmente nos costumes, na arte, no lazer e na sexualidade. Além disso, as contestações em torno do padrão cultural hegemônico estavam associadas ao reconhecimento e à incorporação de uma cultura transgressora, desde as vestimentas até a linguagem e o gosto musical. Essas manifestações tinham como objetivo predominante a liberação pessoal e social, em que o compromisso era com o “proibido e o inconventional”, em busca “da ilimitada autonomia do desejo humano” sem ter a intenção de associar essas contestações a um “outro padrão de ordenação da sociedade” (HOBBSAWM, 1995, p. 327). Desta maneira, essas manifestações tinham um caráter mais subjetivista do que político, embora alguns movimentos como o feminista, conseguissem demonstrar através de suas lutas que a vida na esfera privada e pessoal também era uma questão política.

¹⁰ Em relação à atuação do movimento negro nesse período, Duriguetto; Montañó (2011, p. 282) apontam que “as primeiras expressões do Movimento Negro podem ser identificadas no final do século XIX, período em que já circulavam vários jornais voltados para a população negra com o objetivo de denunciar a discriminação racial. [...]”.

¹¹ Movimento internacional organizado desde 1993 que congrega movimentos e organizações camponesas de todo o mundo e que luta por uma agricultura sustentável, por justiça social e dignidade para todos os povos.

¹² Conforme levantamento que temos feito, os movimentos populares de caráter progressista que mais se destacaram no contexto entre 2003 e 2016 foram: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); Movimento de Mulheres Camponesas (MMC); Movimento Brasil pelas Florestas; Movimento de Libertação do Sem-Terra (MLST); Movimento Ambientalista; Movimento de Pequenos Agricultores (MPA); Movimento Nacional dos Pescadores (Monape); Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP); Movimento Indígena; Movimento Passe Livre (MPL); Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST); Movimento Nacional da População em Situação de Rua; Movimento Nacional pelo Direito ao Transporte Público de Qualidade para Todos; Movimento dos(as) Trabalhadores(as) por Direitos (MTD); Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLM); Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR); União Nacional dos Estudantes (UNE); União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes); Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil (MIEIB); Levante Popular da Juventude (LPJ); Movimento em Defesa das Pessoas Atingidas por

Hanseníase (Mohan); Movimento em Defesa da Saúde Pública/Frente Nacional contra a Privatização da Saúde; Movimento Hip Hop; Fora do Eixo; Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB); Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM); Marcha Mundial de Mulheres (MMM); Movimento LGBTQIA+; Movimento de Mulheres Negras; União Brasileira das Mulheres (UBM); Liga Brasileira de Lésbicas (LBL); Unegro; Movimento Negro Unificado (MNU).

¹³ Estudos e pesquisas que temos realizado sobre a atuação dos movimentos populares enquanto sujeitos de políticas públicas, tem demonstrado que a maioria dos movimentos associa os seus objetivos particulares – ou seja, os objetivos que dizem respeito especificamente às demandas do segmento social que cada movimento organiza (mulheres, indígenas, pessoas negras, sem-teto, sem-terra, trabalhadores/as desempregados/as, populações atingidas, população LGBTQIA+, dentre outros) – com objetivos mais amplos, que envolvem principalmente a defesa da democracia, da justiça e da igualdade social, da preservação do meio ambiente, dos direitos humanos e do caráter público e laico do Estado. Além disso, observa-se que seus respectivos objetivos estão associados às lutas pelo fim dos sistemas de poder e dominação (racismo, patriarcado, capitalismo, colonialismo, capacitismo, sistema heteronormativo), e em parte desses movimentos fica explícita a defesa de reformas sociais vinculadas a projetos societários alternativos ao capitalismo com vistas à emancipação dos dominados.